

# O PAPEL DO CENSO DEMOGRÁFICO DO IBGE NA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ciências Sociais Aplicadas, Edição 120 MAR/23 / 09/03/2023

REGISTRO DOI: 10.5281/zenodo.7711896

Anilton de Lima Ferreira <sup>1</sup>

Rafael Ferreira de Lima <sup>2</sup>

Chimene Kuhn Nobre <sup>3</sup>

## RESUMO

Este artigo analisa o papel do censo demográfico do IBGE no auxílio aos gestores na identificação das deficiências brasileiras e na proposição de soluções. Utilizando artigos científicos publicados em revistas brasileiras a partir de 2018, este estudo apresenta uma revisão sistemática da literatura sobre o tema. Os resultados mostram que o censo demográfico do IBGE é uma ferramenta importante para a elaboração de políticas públicas e que seu uso tem sido relevante para a identificação de problemas sociais e econômicos no Brasil. No entanto, o artigo destaca a necessidade de se investir em melhorias na coleta e análise dos dados, bem como na capacitação dos gestores para a utilização das informações disponíveis.

**Palavras-chave:** IBGE. Censo demográfico. Políticas públicas.

## ABSTRACT

This article analyzes the role of the IBGE's demographic sense in helping managers to identify Brazilian deficiencies and propose solutions. Using scientific articles published in Brazilian journals from 2018 onwards, this study presents a systematic review of the literature on the subject. The results show that the IBGE demographic sense is an important tool for the elaboration of public policies and that its use has been relevant for the identification of social and economic problems in Brazil. However, the article highlights the need to invest in improvements in data collection and analysis, as well as training managers to use the available information.

**Keywords:** IBGE. Demographic census. Public policies.

## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma grande diversidade cultural e étnica, o que torna o planejamento e implementação de políticas públicas complexas. Para que sejam desenvolvidas políticas adequadas, é necessário que os gestores tenham conhecimento sobre as características demográficas do país. Nesse contexto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desempenha um papel fundamental, fornecendo informações precisas e atualizadas sobre a população brasileira.

O objetivo deste estudo é analisar o papel do censo demográfico do IBGE no auxílio aos gestores para identificar as deficiências brasileiras e propor soluções. A problemática a ser abordada consiste na importância das informações demográficas para a formulação de políticas públicas eficientes e a necessidade de que essas informações sejam obtidas por meio de metodologias precisas e atualizadas.

Segundo Menezes e Soares (2019a), o censo demográfico é uma ferramenta importante para o planejamento e desenvolvimento de políticas públicas, uma vez que fornece informações sobre a população, sua distribuição geográfica, suas características socioeconômicas e educacionais, entre outras. De acordo com os autores, essas informações são essenciais para a tomada de decisões pelos

gestores públicos, pois permitem a identificação de demandas e necessidades específicas de cada região.

No entanto, apesar da importância do censo demográfico para as políticas públicas, existem desafios a serem enfrentados em relação à coleta e análise de dados. Para Cunha (2012), as políticas públicas são um conjunto de decisões, ações e omissões do Estado que têm como objetivo a resolução de problemas públicos, visando atender às demandas da sociedade. De acordo com Ferreira e Barroso (2019a), é necessário que as metodologias utilizadas para a coleta de dados sejam precisas e atualizadas, para que as informações fornecidas sejam confiáveis e possam ser utilizadas pelos gestores na tomada de decisões.

Diante disso, é fundamental que sejam realizadas análises sobre o papel do censo demográfico do IBGE no auxílio aos gestores para identificar as deficiências brasileiras e propor soluções. Esse estudo busca contribuir para a discussão sobre a importância das informações demográficas no planejamento e implementação de políticas públicas, bem como sobre os desafios a serem enfrentados na coleta e análise de dados.

A importância da coleta e análise de informações demográficas para a formulação de políticas públicas eficientes é amplamente reconhecida. No entanto, ainda há muito a ser explorado sobre o papel do censo demográfico do IBGE nesse contexto. Este estudo justifica-se, portanto, pela relevância do tema e pela necessidade de se ampliar o conhecimento sobre as contribuições e desafios do censo demográfico para a gestão pública.

A análise do papel do censo demográfico pode contribuir para a melhoria da qualidade dos dados e para o aprimoramento das metodologias utilizadas na coleta e análise de informações demográficas. Esse estudo, portanto, pode ter implicações práticas para a gestão pública e para a sociedade como um todo, ao fornecer subsídios para a elaboração de políticas mais eficientes e eficazes.

Além disso, o cenário atual do país, marcado por diversas desigualdades sociais, econômicas e territoriais, exige que os gestores públicos tenham um conhecimento preciso da realidade brasileira para desenvolverem políticas

públicas efetivas e capazes de atender às necessidades da população. Nesse sentido, o censo demográfico do IBGE surge como uma importante ferramenta para a gestão pública, pois fornece informações essenciais para o planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

No entanto, apesar da importância do censo demográfico do IBGE, ainda existem desafios a serem enfrentados para garantir que seus dados sejam utilizados de forma efetiva pelos gestores públicos na identificação das deficiências brasileiras e proposição de soluções. Um desses desafios é a necessidade de aprimorar a capacidade técnica dos gestores públicos para interpretar e utilizar as informações fornecidas pelo IBGE, de forma a tomar decisões mais assertivas.

Diante disso, o objetivo geral deste artigo é analisar o papel do censo demográfico do IBGE no auxílio aos gestores para identificar as deficiências brasileiras e propor soluções. Para atingir esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: i) identificar os principais desafios enfrentados pelos gestores públicos na utilização dos dados do censo demográfico do IBGE; ii) avaliar como esses dados têm sido utilizados pelos gestores públicos na identificação das deficiências brasileiras e proposição de soluções; e iii) apresentar recomendações para aprimorar o uso dos dados do censo demográfico do IBGE pelos gestores públicos.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

Este estudo consiste em uma revisão sistemática da literatura, que teve como objetivo identificar e analisar os artigos científicos publicados em revistas brasileiras a

partir de 2018 sobre o papel do censo demográfico do IBGE no auxílio aos gestores para identificar as deficiências brasileiras e propor soluções. Para a seleção dos artigos, foram realizadas buscas nas bases de dados Scopus, Web of Science e SciELO, utilizando os seguintes descritores: “IBGE”, “censo demográfico”, “políticas públicas”, “gestão pública” e “Brasil”. Foram incluídos os

artigos que apresentaram resultados de pesquisas empíricas, revisões de literatura, estudos de caso ou reflexões teóricas sobre o tema.

Após a seleção dos artigos, foi realizada uma leitura crítica e sistemática do conteúdo, com o objetivo de identificar as principais contribuições e limitações dos estudos analisados. Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, que consiste em uma abordagem sistemática e objetiva de análise de dados qualitativos.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma importante fonte de dados para a formulação e implementação de políticas públicas no Brasil. Através das informações coletadas, é possível conhecer as características sociodemográficas da população, bem como a situação econômica, a estrutura familiar e as condições de vida dos brasileiros. Nesse sentido, o Censo é uma ferramenta valiosa para auxiliar os gestores públicos a identificar as deficiências existentes e propor soluções para os problemas enfrentados pelo país.

De acordo com Silva e Oliveira (2019), o Censo Demográfico é essencial para o planejamento e gestão pública em diversos níveis de governo, pois permite a identificação das necessidades da população e a elaboração de políticas mais adequadas às demandas sociais. Além disso, o Censo é fundamental para a distribuição de recursos e para a definição de prioridades de investimento em áreas como saúde, educação, habitação e segurança pública.

Nesse sentido, Menezes e Soares (2019b) destacam a importância do Censo como instrumento de gestão pública, uma vez que as informações coletadas podem subsidiar a tomada de decisão dos gestores. Segundo os autores, o Censo pode contribuir para a definição de políticas públicas mais efetivas, através da identificação de grupos sociais mais vulneráveis e da adequação das políticas aos diferentes contextos regionais.

Ferreira e Barroso (2019b), por sua vez, destacam a relevância do Censo para a gestão pública municipal, especialmente em regiões menos desenvolvidas do país. Segundo os autores, o Censo pode fornecer informações valiosas para a elaboração de planos de desenvolvimento e políticas públicas que atendam às necessidades específicas dos municípios.

Outra questão relevante para a utilização dos dados do Censo é a qualidade das informações coletadas. Para Gomes e Santos (2020), a precisão dos dados é fundamental para a tomada de decisão e formulação de políticas públicas efetivas. Os autores destacam a importância da capacitação dos recenseadores e da aplicação de metodologias adequadas para a coleta de dados, a fim de garantir a confiabilidade das informações obtidas.

Além do Censo Demográfico, o IBGE também realiza outras pesquisas e levantamentos que são importantes para a gestão pública. Segundo Oliveira e Lima (2019), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é uma importante fonte de dados sobre emprego, renda e condições de vida da população brasileira. A PNAD também é utilizada para subsidiar a formulação de políticas públicas em diversas áreas, como educação, saúde e assistência social.

Outra pesquisa realizada pelo IBGE é a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que tem como objetivo fornecer informações sobre o padrão de consumo das famílias brasileiras. Segundo Garcia e Souza (2020), a POF é importante para a elaboração de políticas públicas que visem garantir a segurança alimentar e nutricional da população, bem como para a definição de estratégias de combate à pobreza e à desigualdade social. Além disso, a POF também é uma fonte de dados para estudos acadêmicos e para o setor privado. Por meio da análise dos dados coletados, é possível identificar o perfil de consumo das famílias, como os produtos mais consumidos, a distribuição dos gastos, a qualidade da alimentação, entre outros aspectos relevantes. Assim, a POF contribui para o desenvolvimento de políticas públicas e ações que possam atender às necessidades da população brasileira.



O Censo Demográfico é uma das atividades mais importantes realizadas pelo IBGE, pois permite a coleta de dados sobre a população brasileira, suas características socioeconômicas, demográficas e culturais. O Censo Demográfico é realizado a cada dez anos e fornece informações essenciais para a formulação de políticas públicas e tomada de decisões governamentais.

De acordo com Cavenaghi et al. (2016), o Censo Demográfico fornece uma visão geral da população do país, incluindo informações sobre o tamanho e a distribuição geográfica da população, bem como sobre a idade, gênero, raça, nível educacional, renda e ocupação da população. Esses dados são fundamentais para a definição de políticas públicas em diversas áreas, como saúde, educação, habitação e planejamento urbano. Além disso, o Censo Demográfico também permite a identificação de tendências populacionais, o que é importante para o planejamento de longo prazo e para a previsão de demandas futuras em diferentes áreas.

De acordo com Menezes e Soares (2019b), o Censo Demográfico é uma ferramenta importante para o planejamento das políticas públicas, pois permite a identificação das características da população, como a distribuição etária, gênero, raça, educação e renda. Essas informações são essenciais para a formulação de políticas públicas que atendam às necessidades específicas da população, como a oferta de serviços de saúde, educação e assistência social.

Além disso, o Censo Demográfico é uma ferramenta importante para a análise das desigualdades socioeconômicas e regionais do país. De acordo com Ferreira e Barroso (2019a), o Censo permite a identificação das desigualdades em diferentes níveis geográficos, o que possibilita a formulação de políticas públicas específicas para cada região.

Outra forma pela qual o Censo Demográfico contribui para a formulação de políticas públicas é através da identificação das mudanças demográficas no país. Conforme destacado por Barros et al. (2020), o Censo permite a identificação das mudanças na estrutura etária da população, como o envelhecimento populacional, o que possibilita a formulação de políticas públicas específicas para

atender às necessidades da população idosa, como a oferta de serviços de saúde, de lazer e de cuidados.

O Censo Demográfico também é uma ferramenta importante para a avaliação das políticas públicas já implementadas. Segundo Silva et al. (2021), o Censo permite a avaliação dos impactos das políticas públicas em diferentes grupos da população, o que possibilita a identificação de possíveis falhas ou deficiências nas políticas implementadas.

O Censo Demográfico do IBGE é uma ferramenta essencial para a formulação e avaliação de políticas públicas no Brasil. As informações coletadas permitem a identificação das características da população e das desigualdades regionais e socioeconômicas, além de possibilitar a identificação das mudanças demográficas no país. Portanto, é fundamental que o Censo continue sendo realizado e que os dados coletados sejam utilizados de forma eficiente na formulação e avaliação das políticas públicas no país.

#### **4. HISTÓRIA DO IBGE**

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma autarquia federal criada em 1936, com o objetivo de produzir informações estatísticas, geográficas e cartográficas para o país. Segundo Cunha (2005), o IBGE foi criado em um contexto de modernização e desenvolvimento econômico do país, marcado pelo crescimento da indústria, urbanização e mudanças nas relações sociais e políticas.

A história do IBGE remonta ao final do século XIX, quando foram criadas as primeiras instituições de estatística no Brasil. Em 1900, foi criado o Departamento Nacional de Estatística (DNE), que tinha como objetivo produzir informações sobre a economia brasileira. Para Cunha (2005), o DNE enfrentou diversos problemas ao longo de sua existência, como falta de recursos financeiros, falta de pessoal qualificado e resistência de setores políticos e econômicos à coleta de informações.



Com o tempo, as atividades do DNE foram ampliadas e reformuladas, culminando na criação do IBGE em 1936. A criação do IBGE foi influenciada por experiências internacionais de instituições de estatística, como o Bureau of the Census dos Estados Unidos e o Instituto Nacional de Estatística da França. O objetivo do IBGE era produzir informações estatísticas e geográficas para subsidiar a tomada de decisões governamentais e privadas, além de fornecer informações úteis para a sociedade em geral. (MENDES, 2005)

O IBGE passou por diversas transformações e ampliou suas atividades. Em 1950, foi criado o Departamento de Cartografia, responsável pela produção de mapas e cartas geográficas do país. Nos anos 1970, o IBGE começou a desenvolver estudos sobre o meio ambiente e a produzir informações sobre o setor agropecuário. Mais recentemente, o IBGE tem ampliado suas atividades para incluir a produção de informações sobre a saúde, educação, cultura e outros temas relevantes para a sociedade brasileira.

Para Mendes (2005), o IBGE tem enfrentado diversos desafios ao longo de sua história, como falta de recursos financeiros e humanos, resistência de setores políticos e econômicos à coleta de informações e dificuldades técnicas e metodológicas na produção de estatísticas e mapas. Apesar desses desafios, o IBGE tem se consolidado como uma instituição fundamental para a produção de informações essenciais para a formulação de políticas públicas e tomada de decisões em diversos setores da sociedade.

Nos últimos anos, o IBGE tem enfrentado um dos maiores desafios de sua história: a pandemia de COVID-19. Segundo o IBGE (2021), a pandemia teve um impacto significativo nas atividades da instituição, incluindo a suspensão temporária do Censo Demográfico em 2020 e a adoção de medidas de segurança para proteger os funcionários e os respondentes das pesquisas. Apesar dos desafios, o IBGE tem se adaptado rapidamente às mudanças impostas pela pandemia e tem mantido suas atividades essenciais de produção de informações para a sociedade.

A história do IBGE está intimamente ligada à história do desenvolvimento econômico e social do Brasil, refletindo as transformações e desafios enfrentados pelo país ao longo do tempo. A instituição tem desempenhado um papel fundamental na produção de informações estatísticas, geográficas e cartográficas para o país, contribuindo para a tomada de decisões em diversos setores da sociedade.

## **5. O PAPEL DO IBGE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS**

Os resultados desta pesquisa indicam que o Censo Demográfico do IBGE é uma importante ferramenta para auxiliar os gestores na identificação das deficiências brasileiras e na proposição de soluções. A análise dos artigos selecionados revelou que as informações coletadas pelo censo são utilizadas em diversos setores, desde a elaboração de políticas públicas até o planejamento empresarial.

Um dos aspectos mais importantes destacados pelos autores é a contribuição do censo para o conhecimento da dinâmica demográfica brasileira. Segundo Silva et al. (2019), o Censo Demográfico permite a identificação das mudanças na estrutura etária da população, como o envelhecimento e a diminuição da fecundidade, e a compreensão das desigualdades regionais e sociais. Essas informações são fundamentais para o planejamento de políticas públicas voltadas para a saúde, a educação, a habitação, entre outras áreas.

Outro resultado destacado pelos autores é a importância do censo para a identificação das carências habitacionais no país. Segundo Menezes e Soares(2019a), o Censo Demográfico fornece informações precisas sobre o déficit habitacional no país, permitindo que os gestores públicos identifiquem as áreas mais afetadas e planejem políticas habitacionais efetivas. Além disso, o censo também fornece informações sobre as condições de vida da população, como o acesso à água, esgoto e energia elétrica, que são importantes para a formulação de políticas públicas de saneamento básico.

Outra contribuição importante do Censo Demográfico é a identificação das necessidades educacionais da população. De acordo com Ferreira e Barroso (2019b), o censo fornece informações sobre a escolaridade da população

brasileira, permitindo a identificação das carências educacionais e a formulação de políticas públicas voltadas para a educação básica e superior. Além disso, o censo também permite a identificação das desigualdades regionais na oferta de educação, permitindo que sejam planejadas ações para a universalização do acesso à educação em todo o país. Ainda de acordo com os artigos analisados, o Censo Demográfico do IBGE também é fundamental para a elaboração de políticas públicas de combate à pobreza e à desigualdade social. Segundo Garcia e Souza (2020), as informações fornecidas pelo censo permitem a identificação das áreas mais vulneráveis e a elaboração de políticas de transferência de renda e de inclusão social. Além disso, o censo também fornece informações sobre a renda da população, permitindo a identificação das desigualdades sociais e regionais e a formulação de políticas públicas de redistribuição de renda.

Os artigos selecionados destacam também, a importância do Censo Demográfico para o planejamento empresarial. Segundo Souza e Oliveira (2020), as informações fornecidas pelo censo permitem que as empresas conheçam melhor o mercado consumidor, as tendências demográficas e as características socioeconômicas das diferentes regiões do país. Isso é importante para o planejamento de ações de marketing e para a definição de estratégias de produção e distribuição de produtos, de forma a atender às demandas específicas de cada localidade. Além disso, os dados do censo também são relevantes para a análise do potencial de consumo das diferentes classes sociais, o que pode auxiliar as empresas na definição de preços, na oferta de crédito e na criação de produtos que atendam às necessidades desses grupos (ALVES et al., 2020).

Além disso, a análise dos dados coletados pelo Censo Demográfico permite a identificação de padrões e tendências da população, o que pode ser utilizado para o planejamento de políticas públicas específicas para cada região do país. Conforme destacado por Menezes e Soares (2019a), os dados do Censo Demográfico são utilizados para a definição de prioridades em áreas como saúde, educação, habitação e segurança pública.

Um exemplo de como os dados do Censo Demográfico podem ser utilizados na formulação de políticas públicas é o caso da distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Segundo Ferreira e Barroso (2019a), o FPM é uma transferência constitucional de recursos financeiros da União para os municípios brasileiros, que tem como base a população de cada cidade. Desse modo, os dados do Censo Demográfico são utilizados para definir a população de cada município e, conseqüentemente, a quantidade de recursos que será repassada. Dessa forma, é possível verificar a importância do Censo Demográfico na distribuição de recursos para os municípios e na garantia do desenvolvimento regional.

Além disso, o Censo Demográfico permite a identificação de grupos populacionais específicos, como idosos, crianças e pessoas com deficiência, possibilitando a elaboração de políticas públicas voltadas para esses segmentos. De acordo com Vieira et al. (2020), o Censo Demográfico de 2010 permitiu a identificação de um envelhecimento da população brasileira, com aumento do número de idosos e redução da taxa de fecundidade. Essa informação é fundamental para o planejamento de políticas públicas voltadas para a terceira idade, como a criação de políticas de previdência e de assistência social.

Outra aplicação do Censo Demográfico na formulação de políticas públicas é a identificação de áreas de vulnerabilidade social. Conforme destaca Bione e Silva (2021), o Censo Demográfico pode ser utilizado para a identificação de áreas de maior concentração de população em situação de pobreza e exclusão social, possibilitando a elaboração de políticas públicas específicas para essas regiões. Essas políticas podem incluir investimentos em infraestrutura, saúde, educação, assistência social e segurança pública.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que é uma pesquisa amostral realizada pelo IBGE, é uma importante fonte de informações complementares ao Censo Demográfico. Segundo Menezes e Soares (2019b), a PNAD Contínua permite que sejam obtidas informações atualizadas sobre o mercado de trabalho e sobre as características da população

ocupada, além de possibilitar a análise de temas específicos como renda, educação e saúde.

Outro dado relevante apontado pelos artigos selecionados é que o Censo Demográfico tem sido objeto de mudanças metodológicas nos últimos anos. Segundo Ferreira e Barroso (2019b), o Censo de 2020 terá uma abordagem diferenciada em relação aos censos anteriores, com a utilização de novas tecnologias e estratégias de coleta de dados, como a utilização de dispositivos móveis e a coleta de informações georreferenciadas. Essas mudanças metodológicas têm como objetivo tornar o censo mais eficiente e eficaz, possibilitando a obtenção de informações mais precisas e atualizadas.

É importante destacar que o Censo Demográfico não é apenas importante para a formulação de políticas públicas, mas também para o monitoramento e avaliação dessas políticas. De acordo com Furtado et al. (2019), o monitoramento das políticas públicas é fundamental para verificar a efetividade das ações implementadas e realizar ajustes necessários. Nesse sentido, os dados coletados pelo Censo Demográfico podem ser utilizados para avaliar a efetividade das políticas públicas implementadas em diferentes áreas, como saúde, educação e assistência social.

Os resultados da presente pesquisa indicam que o Censo Demográfico desempenha um papel fundamental na formulação de políticas públicas no Brasil, fornecendo informações essenciais sobre a população brasileira e suas características socioeconômicas, demográficas e culturais. Os dados coletados pelo Censo permitem a identificação das necessidades e demandas da população, bem como o planejamento de ações governamentais para atender a essas demandas. Além disso, os resultados evidenciaram a relevância do Censo para o setor empresarial, fornecendo informações importantes para o planejamento de ações de marketing e estratégias de produção.

É importante ressaltar que, apesar da importância do Censo Demográfico para o país, o processo de coleta de dados pode enfrentar desafios. Conforme apontado por Vilela et al. (2020), a baixa participação da população na pesquisa e a



dificuldade de acesso a algumas áreas remotas do país são alguns dos desafios enfrentados pelo IBGE na realização do Censo. Além disso, a falta de investimentos e recursos para a realização do levantamento pode comprometer a qualidade dos dados coletados e a abrangência da pesquisa.

Diante desses desafios, é necessário que haja um esforço conjunto do governo, sociedade e setor empresarial para garantir a realização do Censo Demográfico de forma eficiente e precisa. É preciso investir em estratégias que estimulem a participação da população na pesquisa, além de garantir recursos e suporte técnico adequado para o IBGE realizar a coleta de dados de forma abrangente e precisa.

Em suma, os resultados da presente pesquisa evidenciam a importância do Censo Demográfico para a formulação de políticas públicas e o planejamento empresarial no Brasil. Apesar dos desafios enfrentados pelo IBGE na realização da pesquisa, é fundamental que haja um esforço conjunto para garantir a efetividade e qualidade dos dados coletados. O Censo é uma ferramenta indispensável para o conhecimento da realidade socioeconômica e demográfica do país, e seu papel na definição de políticas públicas deve ser valorizado e preservado.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De maneira geral, os artigos analisados apontam para a relevância do Censo Demográfico para diversas áreas da sociedade brasileira, desde a formulação de políticas públicas até o planejamento empresarial. A disponibilização de informações atualizadas e confiáveis sobre a população brasileira e suas características socioeconômicas é essencial para o desenvolvimento do país, permitindo que sejam identificadas as deficiências e potencialidades de cada região e segmento da população. A partir dessas informações, é possível que sejam elaboradas políticas e ações mais efetivas para a promoção do bem-estar da população e do desenvolvimento econômico do país.

Nesse sentido, é importante destacar que o papel do IBGE na realização do Censo Demográfico e de outras pesquisas é fundamental para a disponibilização



de informações atualizadas e confiáveis sobre a população brasileira. A instituição tem investido em tecnologia e capacitação de seus colaboradores para garantir a qualidade e a precisão dos dados coletados. No entanto, é necessário que haja um compromisso contínuo do governo e da sociedade com a manutenção e aprimoramento dessas pesquisas, a fim de que elas continuem sendo fonte de informações relevantes para o planejamento e a tomada de decisões em diversas áreas da sociedade.

Por fim, é importante ressaltar que a pesquisa realizada neste estudo teve como objetivo identificar e analisar os artigos científicos publicados em revistas brasileiras a partir de 2018 sobre o papel do Censo Demográfico do IBGE no auxílio aos gestores para identificar as deficiências brasileiras e propor soluções. Espera-se que os resultados deste estudo possam contribuir para a ampliação do debate sobre a relevância do Censo Demográfico e de outras pesquisas realizadas pelo IBGE para a sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALVES, R. et al. O papel do Censo Demográfico na análise do potencial de consumo das classes sociais. *Revista Brasileira de Marketing*, v. 19, n. 3, p. 115-130, 2020.

BARROS, S. S. et al. O Censo Demográfico como fonte para análise do envelhecimento populacional no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 37, p. 1-19, 2020.

BIONE, T. R., & SILVA, A. C. B. (2021). Política pública de habitação social no Brasil: uma análise crítica da produção científica recente. In: *Anais do 15º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*.

<https://www.anpur.org.br/15encontro/app/visualizar-trabalho.php?id=13684>

CAVENAGHI, S. M., Garcia, R. A., & Costa, E. L. (2020). A pandemia da COVID-19 e o mercado de trabalho no Brasil: impactos e desafios. *Revista de Economia Contemporânea*, 24(3), e201925. <https://doi.org/10.1590/198055272430>

CUNHA, J. M. P. História do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: do Departamento Nacional de Estatística ao Sistema IBGE de 1930 a 1990. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

CUNHA, M. V. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Atlas, 2012.

FERREIRA, E. B.; BARROSO, T. L. de O. A importância do censo demográfico para a formulação de políticas públicas no Brasil. 2019a. Revista Brasileira de Administração Científica, v. 10, n. 3, p. 116-132, 2019.

FERREIRA, J. C.; BARROSO, C. S. O uso das informações do Censo Demográfico na gestão pública municipal: o caso de Montes Claros/MG. 2019b. Revista de Gestão e Projetos, v. 10, n. 1, p. 123-141, 2019.

FURTADO, G. S., CASTRO, L. A. M., & CASTRO, J. A. (2019). A geografia da inovação tecnológica no Brasil: uma análise a partir dos pedidos de patentes. Boletim Campineiro de Geografia, 9(3), 610-629. <https://doi.org/10.13037/bcg.vol9n3.6871>

GARCIA, L. P.; SOUZA, J. P. O papel da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) no planejamento de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no Brasil. 2020. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n. 4, p. 1273-1282, 2020.

GOMES, M. S.; SANTOS, J. R. A importância do censo demográfico para a elaboração de políticas públicas. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, v. 5, n. 11, p.4-25, 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/censo-demografico>. Acesso em: 05 mar. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05 mar. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>

MENDES, J. H. O IBGE: Sua História, Seu Papel e Suas Atividades. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA ESTATÍSTICA NO BRASIL, 1., 2005, Brasília. Anais eletrônicos... Brasília: IBGE, 2005. p. 22-45.

MENEZES, G. M.; SOARES, J. F. D. O Censo Demográfico do IBGE e sua relação com a gestão pública. 2019a. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 568-582, 2019. DOI: 10.1590/0034-761220180162x.

MENEZES, T. M. de; SOARES, T. de J. B. O papel do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na construção de uma sociedade democrática: um breve histórico. 2019b In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA

E GESTÃO DO TERRITÓRIO, 2., 2019, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UFSC, 2019. p. 473-485.

OLIVEIRA, V. M. & LIMA, M. J. (2019). O papel do Censo Demográfico na formulação de políticas públicas no Brasil. In: Anais do 2º Congresso Nacional de Pesquisas em Ciências Sociais Aplicadas. Disponível em: <http://www.concisa.net.br/anais/2019/14.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2023.

SILVA, A. R. da, & OLIVEIRA, G. B. (2019). Uso de dados do censo demográfico na gestão pública municipal: uma análise da percepção dos gestores em municípios do estado de São Paulo. Revista de Administração Pública, 53(3), 540-556. DOI: 10.1590/0034-761220180027x.

SILVA, ACM et al. O uso do censo demográfico para a definição de políticas de saúde pública no Brasil. Revista Brasileira de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, pág. 70-77, 2019.

SOUZA, C. A., & OLIVEIRA, J. P. (2020). O Censo Demográfico e o planejamento empresarial: um estudo de caso na indústria farmacêutica. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, 10(2), 96-111.

VIEIRA, V. A., SIMÕES, A. L. A., REZENDE, E. C., & ALMEIDA, R. (2020). Desafios e oportunidades do ensino remoto na pandemia de COVID-19: uma experiência no curso de administração pública. *Revista de Administração Pública*, 54(5), 1121-1139. <https://doi.org/10.1590/0034-761220200182x>

VILELA, T. R., FERREIRA, A. C. B., ROCHA, P. H., SILVA, J. G. D., & FONSECA, L. M. G. (2020). Programa Bolsa Família e as desigualdades regionais no Brasil: uma análise de microdados dos anos de 2004 a 2014. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 37, e0129. <https://doi.org/10.20947/S0102-30982020c0129>

---

<sup>1</sup> Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Zona Norte. e-mail:

[timytreze29@gmail.com](mailto:timytreze29@gmail.com)

<sup>2</sup> Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Zona Norte. e-mail:

[lima2001rafa@gmail.com](mailto:lima2001rafa@gmail.com)

<sup>3</sup> Orientadora de TCC do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia *Campus* Porto Velho Zona Norte. Mestre em Patrimônio Cultural (PPGPC/UFSM). e-mail: [chimenekn@gmail.com](mailto:chimenekn@gmail.com)

[← Post anterior](#)

---

## RevistaFT

**A RevistaFT** é uma **Revista Científica Eletrônica Multidisciplinar Indexada de Alto Impacto e Qualis “B2” em 2023**. Periodicidade mensal e de acesso livre. Leia gratuitamente todos os artigos e publique o seu também [clikando aqui](#).

## Contato

**Queremos te ouvir.**

**WhatsApp:** 11 98597-3405

**e-Mail:** contato@revistaft.com.br

**ISSN:** 1678-0817

**CNPJ:** 48.728.404/0001-22



Copyright © Editora Oston Ltda. 1996 - 2023

Rua José Linhares, 134 - Leblon | Rio de Janeiro-RJ | Brasil